»»» *Continuação* **Arpal Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Em milhares de reais)

20. Provisão para litígios: Algumas Controladas indiretas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. O quadro a seguir demonstra os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

	Consolidado			
	Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Saldos em 01/01/2020	6.138	1.194	3.131	10.463
Complementos e atualizações	-	300	624	924
(-) Reversões	(145)	(68)	(123)	(336)
Saldos em 31/12/2020	5.993	1.426	3.632	11.051
Complementos e atualizações	-	12	230	242
(-) Reversões	(3.576)	(955)	(219)	(4.750)
Saldos em 31/12/2021	2.417	483	3.643	6.543

O quadro a seguir demonstra os valores estimados de perda possível, conforme opinião de seus assessores jurídicos, para os quais, portanto, não foram constituídas provisão para litígios:

	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Trabalhista	268	271	1.359
Tributário	310.793	146.712	176.432
Cível	31.310	27.523	26.772
	342.371	174.506	204.563

Trabalhista - diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. Cíveis - As controladas indiretas Borrachas Vipal S.A., Borrachas Vipal Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda. figuram como rés em causas cíveis, objetivando desconstituir títulos de crédito e indenizações. Tributários - As controladas indiretas Borrachas Vipal S.A., Borrachas Vipal Nordeste S.A. e BR Plásticos Indústria Ltda, figuram como rés em causas tributárias, cuja probabilidade de perda apontada pelos assessores jurídicos é possível, para as quais, portanto não foram constituídas provisão para litígios.

21. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está representado por 4.211.644 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade a acionistas domiciliados no País. b) Reservas de lucros: *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *Reserva capital de giro e investimentos:* Montante remanescente de lucros retidos é objeto de proposta da administração da Companhia para futura distribuição. c) Outros resultados abrangentes: *Custo atribuído ativo imobilizado:* A Companhia reconhece nesta rubrica o saldo de reserva de reavaliações de ativos imobilizados efetuada em anos anteriores e o novo saldo do custo atribuído (*deemed cost*) registrado, líquidos dos efeitos tributários, de controladas e coligadas indiretas de forma reflexa. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. *Variação cambial de controladas indiretas no exterior:* A Companhia reconhece nessa rubrica os efeitos da variação cambial sobre os investimentos em empresas controladas indiretas domiciliadas no exterior. O efeito da variação cambial acumulada sobre os investimentos somente é transferido para o resultado do exercício no momento da ocorrência da alienação desses investimentos. d) Dividendos: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	127.571
Base de cálculo dos dividendos	127.571
Dividendo mínimo obrigatório	31.893

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de dezembro de 2021, a Administração deliberou pelo pagamento dos dividendos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$13.046. A Administração não aprovou os dividendos obrigatórios referente os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, no montante de R$14.430, sendo os mesmos reclassificados para a conta de Reserva de Capital de Giro e Investimentos. e) Ações em tesouraria: A Companhia é Ré em ação de dissolução parcial de sociedade cumulada com pedido de apuração de haveres, impetrada por acionista pessoa jurídica. Interposto agravo de Instrumento pela Companhia no andamento do processo, recebeu efeito suspensivo para reconhecer como incontroverso o valor de R$6.248. Em 2017, o valor foi pago e registrado como Ações em Tesouraria.

22. Receita operacional líquida: A receita líquida de vendas e serviços apresenta a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
		(reapresentado)
Receita bruta de vendas e serviços	2.904.557	2.306.902
Receita de operações de crédito	1.193	582
Resultado com títulos e valores mobiliários	114	86
Devolução de vendas	(45.016)	(31.927)
Impostos sobre a venda	(569.504)	(465.042)
Receita operacional líquida	2.291.344	1.810.601

23. Despesas por natureza: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas por função		(reapresentado)
Custo dos produtos vendidos	(1.591.623)	(1.160.501)
Despesas com vendas	(204.724)	(178.071)
Despesas administrativas e gerais	(188.698)	(168.249)
Outras (despesas) receitas, líquidas	119.884	(4.478)
	(1.865.161)	(1.511.299)
Despesas por natureza		
Depreciação e amortização	(38.161)	(44.188)
Amortização de ativos de direito de uso CPC 06	(5.303)	(3.054)
Amortização de mais valia de ativos	(5.617)	(5.325)
Ajuste de mais valia de prop. p/investimento	-	(3.880)
Ajuste de ativo mantido para venda (*impairment*)	112.892	-
Perda na alienação de prop. para investimento	-	(1.762)
Despesas com pessoal	(275.611)	(248.898)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.380.710)	(940.714)
Fretes	(89.187)	(64.639)
Consultoria e assessoria	(18.814)	(15.202)
Bonificações em produto	(21.563)	(10.843)
Energia elétrica	(33.927)	(28.467)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.994)	(7.382)
Outras despesas, líquidas	(107.166)	(136.945)
	(1.865.161)	(1.511.299)

24. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
		(reapresentado)
Receitas financeiras		
Juros recebidos de clientes	5.880	9.264
Descontos recebidos	98	45
Rendimentos em aplicações financeiras	9.168	14.082
Variação cambial ativa	224.702	322.773
Reversão de avais de terceiros	664	2.469
Outras receitas financeiras	3.625	2.013
	244.137	350.646
Despesas financeiras		
Juros passivos	(21.632)	(24.894)
Descontos concedidos	(3.068)	(1.559)
Juros sobre financiamentos	(78.153)	(64.441)
Impostos sobre operações financeiras	(1.044)	(692)
Variação cambial passiva	(237.420)	(439.421)
Avais de terceiros	-	(4.208)
Ajustes de hiperinflação de controlada indireta	(15.165)	(9.120)
Despesas bancárias	(4.868)	(7.019)
Outras despesas financeiras	(1.482)	(2.178)
	(362.832)	(553.532)
	(118.695)	(202.886)

25. Imposto sobre o lucro: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está descrita a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
		(reapresentado)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	309.178	96.983
Alíquota fiscal de 34%	(105.121)	(32.974)
- Resultado de equivalência patrimonial	574	191
- Compensação de prejuízos fiscais	5.498	6.963
- Ajuste de preço de transferência	(1.035)	(414)
- Ajustes inovação tecnológica	2.882	1.678
- Tributos diferidos s/prej. fiscal e base negativa não reconhecido	(3.880)	(30.245)
- Incentivos fiscais de controladas	56.983	47.225
- Juros s/ empréstimos não dedutíveis	(3.994)	(10.294)
- Exclusão tributos sobre SELIC	16.281	-
- Lucros auferidos no exterior	(7.319)	-
- Outros	2.798	(1.900)
	(36.333)	(19.770)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.388)	(43.369)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(30.945)	23.599

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Ativo diferido		(reapresentado)	
Provisão para litígios	486	397	5.453
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.145	16.918	10.456
Ajuste ativo mantido para venda *(Impairment)*	-	38.383	38.383
Provisão para participação nos lucros	43	34	40
Provisão para comissões	788	242	216
Lucros a realizar em controladas	17.088	16.297	12.535
Provisão para avais de terceiros	2.185	980	1.820
Provisão para fretes	2.774	1.082	881
Faturamento não embarcado	4.776	2.940	1.820
Provisão para honorários jurídicos	2.038	1.695	1.669
Outras provisões	4.990	4.054	7.937
Total ativo diferido	51.313	83.022	81.210
Passivo diferido			
Custo atribuído ativo imobilizado	(28.012)	(30.184)	(33.335)
Capitalização de juros	(2.693)	(2.627)	(2.979)
Arrendamento mercantil	(2.242)	(2.451)	(2.675)
Depreciação vida útil	(48.105)	(40.662)	(37.171)
Depreciação acelerada - fiscal	(1.339)	(1.599)	(2.551)
Variação cambial – regime de competência	-	(48)	(11.712)
Imposto diferido sobre a mais valia	(8.462)	(10.971)	(14.623)
Total passivo diferido	(90.853)	(88.542)	(105.046)
Ativo (passivo) diferido, líquido	(39.540)	(5.520)	(23.836)

26. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Classificação dos instrumentos financeiros: A controlada indireta Borrachas Vipal S.A. mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Controlada indireta não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Controlada indireta. As Controladas indiretas possuem usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Gerenciamento de risco: As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco das controladas, sob a administração dos seus diretores e o Conselho de Administração da controlada indireta Borrachas Vipal S.A.. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. Não houve alterações quanto às políticas ou processo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Controlada indireta possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: *Risco de crédito:* Decorre da possibilidade de a Controlada indireta sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Controlada indireta adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Controlada indireta somente realiza operações com instituições financeiras consideradas pela Administração como de baixo risco. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Controlada indireta registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Controlada indireta de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas indiretas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos das controladas. Para mitigar esses riscos, as controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. *Risco de taxa de juros:* Com finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos empréstimos das controladas indiretas foram definidos três cenários diferentes. A análise de sensibilidade dos juros utilizou como cenário provável as taxas projetadas pelo Banco Central para o ano seguinte, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa taxa de 25% e 50% respectivamente. *Risco de taxa de câmbio:* Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas controladas indiretas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2021 com perda de 11,73% (em 2020 com a perda de 28,93%). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, as controladas indiretas Borrachas Vipal S.A. e Borrachas Vipal Nordeste S.A. tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. As Controladas indiretas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Não havia instrumentos dessa natureza contratados nas datas dos balanços, para mitigar riscos de taxa de câmbio. Abaixo está demonstrada a exposição cambial das Controladas indiretas para operações em moedas estrangeiras:

	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	41.888	36.490	52.945
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros	(82.397)	(107.710)	(139.263)
C. Déficit apurado (A+B)	(40.509)	(71.220)	(86.318)

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro das Controladas indiretas antes da tributação (e do patrimônio líquido das Controladas). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pelas Controladas indiretas, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Operação	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	Cenário possível	Cenário remoto
Taxa		+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar	5,58	6,98	8,37	4,19	2,79
Déficit apurado	(226.040)	(282.753)	(339.060)	(169.733)	(113.020)
Efeito do lucro antes da tributação		(56.713)	(113.020)	56.308	113.020

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade das Controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa das Controladas é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para ambas. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2021 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	483.024	700.216	19.688	1.202.928
Fornecedores	225.434	-	-	225.434
	708.458	700.216	19.688	1.428.362

Instrumentos financeiros derivativos: A controlada indireta Borrachas Vipal S.A., por intermédio de sua controlada Marangoni Trade North America, Inc., possui operação de instrumento financeiro, referente a contrato de *swap* de taxa de juros, com o objetivo de proteger a taxa de juros variável associada a uma parte da nota de prazo. O contrato tem valor de *notional* de U$1.000 e vencimento em outubro de 2021. Gestão de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que as Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, as Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Os objetivos das Controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. O passivo consolidado da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Empréstimos e financiamentos	1.202.928	1.127.912	1.060.419
(-) Caixa e equivalentes de caixa / aplicações financeiras	(255.941)	(262.295)	(64.353)
Dívida líquida (A)	946.987	865.617	996.066
Total do patrimônio líquido (B)	641.746	400.059	357.313
Relação endividamento líquida s/ patrimônio líquido (A/B)	1,48	2,16	2,79

27. Subvenções governamentais: Desenvolve: O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, o qual foi concedido à controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A.. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, e, posteriormente, são destinados para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido. Em 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da Controlada indireta, foi de R$89.414 (R$70.892 em 2020). Em 18 de dezembro de 2018, a Controlada indireta obteve a renovação do incentivo Desenvolve. A vigência do benefício se estenderá até dezembro de 2030. Lucro da exploração: Com fundamento no art.32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII do art.6º do Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis à controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A., calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário de 2018. Em 26 de dezembro de 2018, a Controlada indireta obteve a renovação do direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração. A renovação é válida até dezembro de 2028. O pedido de renovação foi atendido pois cumpriu com a exigência do laudo anterior que foi a modernização total do empreendimento. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício da Controlada indireta, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício da controlada indireta, foi de R$25.041 (R$21.315 em 2020). Crédito presumido de IPI: O Governo Federal, através da Lei nº 12.218/10, concedeu o crédito presumido do IPI para empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento destas regiões. O pré-requisito para enquadramento à possibilidade de apurar crédito presumido de IPI é a fabricação dos produtos determinados no §1º do Art. 1º da Lei nº 9.440/97 e a aplicação de no mínimo 10% do valor do benefício apurado em investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas regiões. Este incentivo foi aproveitado pela controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A. no período de 2013 a 2015. Incentivo de reinvestimento: Conforme o Art. 27 da Portaria nº 283/2013 do Ministério de Integração Nacional, as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação nas áreas da SUDENE possuem benefício para reinvestimento de 30% do imposto de renda devido em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Em 2021, o montante total relativo a esse benefício foi registrado no resultado do exercício na controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A foi de R$1.327. (R$1.280 em 2020). Redução base de cálculo ICMS: A partir da vigência da Lei Complementar nº 160/2017, que incluiu o parágrafo 4º ao artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, podendo ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL. Desta forma, a controlada indireta Borrachas Vipal Nordeste S.A., em função da redução da base de cálculo do ICMS na venda de seus produtos, efetuou, no ano de 2021, a exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social o montante de R$1.983 (R$1.479 em 2020), constituindo reserva de incentivos fiscais sobre esse benefício gerado.

28. Cobertura de seguros: As Controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

	Limite	
Risco	31/12/2021	31/12/2020
Incêndio e riscos diversos	545.844	494.808
Lucros cessantes	111.006	97.904
Responsabilidade civil administradores	50.000	100.000
Responsabilidade civil geral	8.090	8.624

29. Eventos subsequentes: a) Contrato de compra e venda de ações – Banco Vipal S.A.: Em 10 de novembro de 2021, através do Ofício nº 26.127/2021–BCB/Deorf/GTPAL., o Banco Central do Brasil, por decisão de sua Diretoria, aprovou a transferência do controle societário do Banco Vipal S.A. para o Banco Master S.A., conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 2 de outubro de 2020. A aprovação do CADE foi obtida em 18 de janeiro de 2022, tendo o despacho autorizatório sido publicado no DOU de 19 de janeiro de 2022, com trânsito julgado em 04 de fevereiro de 2022. Em 18 de março de 2022, foi assinado o Instrumento de Fechamento da Compra e Venda, com a consequente transferência da propriedade do Banco. b) Aditivo ao contrato de reperfilamento de empréstimos: As Controladas indiretas estão em tratativas junto aos bancos credores de assinatura do quinto aditivo ao Contrato Global de reperfilamento de empréstimos, com vigência a partir de 24 de fevereiro 2022, data do referido aditivo. O referido aditivo não prevê alterações de taxas e prazos das dívidas relacionadas, sendo as principais alterações previstas no documento as seguintes: (i) restrição a liquidação de mútuos com partes relacionadas pessoas físicas em data anterior à liquidação dos contratos de empréstimos; (ii) restrição de aquisição de empresas ou aumento de participação acionária existente sem prévia aprovação dos credores e (iii) entrega de relatórios de monitoramento trimestrais com base nos balancetes contábeis. As Controladas indiretas entendem que essas alterações previstas não produzem impacto quanto à perspectiva de atendimento das obrigações do Contrato Global.

Arlindo Paludo - Diretor Presidente **Cleusa Vendramin Telles** - Contadora - CRC-RS 072781/O-0

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC